



DESCOBERTAS
DO BRASIL

Angélica Madeira
e Mariza Veloso
organizadoras

EDITORA



UnB

ENIGMA BRASIL

Este livro multidisciplinar compõe-se de diversos olhares curiosos e perspicazes de autores contemporâneos sobre os variados países-Brasil, imaginados por artistas e intelectuais ao longo do tempo, do período colonial à contemporaneidade. São onze ensaios – escritos por sociólogos, teóricos e estudiosos da literatura, antropólogos, lingüistas, críticos de arte, diplomatas, historiadores e artistas, alguns renomados, todos muito lúcidos e bem informados – a respeito de movimentos culturais e autores que pensaram, pintaram, romancearam, cantaram, filmaram o Brasil, dos pós-modernos ao Marquês de Lavradio, do Cinema Novo aos iluministas, dos românticos aos modernistas, de Euclides da Cunha a Guimarães Rosa, de Humberto Mauro a Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha.

Dessa polifonia emergem tradições culturais muito distintas entre si, tanto dos autores dos ensaios quanto dos artistas, intelectuais e textos analisados. As visões se interpenetram, se contradizem e se influenciam mutuamente, trazendo para o centro do livro questões cruciais, rela-



DESCOBERTAS
DO BRASIL



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Elizabeth Cancelli

Estevão Chaves de Rezende Martins, Henryk Siewierski,
Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo Fuck,
Sérgio Paulo Rouanet, Sylvia Ficher



DESCOBERTAS DO BRASIL

Angélica Madeira e Mariza Veloso
organizadoras

EDITORA

UnB

Copyright © 2001 by Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SCS Q. 02 Bloco C Nº 78 Ed. OK 2ª andar

70300-500 Brasília DF

Fax: (0__61) 225-5611

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Equipe editorial

Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli *preparação de originais*

Gilvam Joaquim Cosmo, Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli, Clarissa Falcão de Sant'Anna, Sonja Cavalcanti e Yana Palankof *revisão*

Sabrina Lopes *projeto gráfico e capa*

Elmano Rodrigues Pinheiro *produção gráfica*

Screen CTP e Fitolitos Digitais *fotolitos*

Editora e Gráfica Itamarati *impressão e acabamento*

Ilustração da capa: sobre a imagem "Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz, chamado vulgarmente o Brasil", de João Teixeira Albernaz, 1640. Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Descobertas do Brasil / Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)
Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.
340 p.

ISBN: 85-230-0606-0

1. História do Brasil. 2. Cultura Brasileira. I. Madeira, Angélica.
II. Veloso, Mariza.

CDU 981

AGRADECIMENTOS

Um trabalho deste porte e desta natureza não poderia ser realizado sem o esforço e a colaboração de pessoas e instituições que o tornaram viável e concreto.

Agradecemos ao Embaixador Lauro Moreira, Presidente da 1ª Comissão para as Comemorações do V Centenário da Descoberta do Brasil, por seu empenho primordial em construir uma base para a reflexão crítica e multidisciplinar sobre a Cultura Brasileira.

Ao Secretário Tarcísio Costa, Secretário Executivo da mesma Comissão, interlocutor intelectual e entusiasta das idéias que orientaram este projeto.

A Maria Lucia Verdi, Assessora Especial da Comissão, que, em momentos de dificuldades e incertezas sobre a continuidade deste projeto, assumiu, de forma decisiva, a coordenação dos trabalhos.

Gostaríamos de agradecer ainda a todos aqueles que participaram da execução, desde seu início até sua concretização em forma deste livro.

Nosso reconhecimento a todos os colegas que aceitaram participar desta coletânea, com suas idéias originais, resultado de pesquisas extensas e exaustivas, mesmo tendo sido mudadas a natureza e as condições iniciais.

As organizadoras

SUMÁRIO

Apresentação	9
Brasil-Colônia: Deslocamento e Hibridismo	
Molduras para o Período Colonial Brasileiro: uma agenda de pesquisa Angélica Madeira e Mariza Veloso	23
No Brasil Colonial, "um é o outro": etnocentrismo e relativismo no olhar do Marquês de Lavradio Mary Del Priore	53
Combates da razão: luzes e pombalismo entre os mineiros Fábio Lucas	77
O Brasil Moderno: Literatura e Sociedade	
Oralidade, romance e pedagogia de leitura no romantismo brasileiro Marisa Lajolo	89
Os sertões entre dois centenários Roberto Ventura	109
Caio Prado: modernista, contemporâneo Mariza Veloso e Angélica Madeira	125
A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico Lúcia Lippi Oliveira	139

Ensaio

grandesertão.br ou: A invenção do Brasil Willi Bolle	165
---	-----

Arte e Cultura

A sonoridade brasileira Luiz Tatit	239
---------------------------------------	-----

O Brasil traduzido no cinema Flávio Goldman	273
--	-----

A construção da identidade nacional na arte dos anos 1960 e 1970 Murilo Fernandes Gabrielli	293
---	-----

Sobre os autores	325
-------------------------	------------

Créditos das imagens	327
-----------------------------	------------

BRASIL-COLÔNIA:
DESLOCAMENTO E HIBRIDISMO



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
PRESS

NO BRASIL COLONIAL, "UM É O OUTRO":¹ ETNOCENTRISMO E RELATIVISMO NO OLHAR DO MARQUÊS DE LAVRADIO

Mary Del Priore

Este artigo incidirá sobre um lugar – o Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII –, um homem – o Marquês de Lavradio e seu olhar, feito de etnocentrismo e relativismo sobre um mundo que lhe era desconhecido, sobre uma gente que lhe parecia pouco confiável. Como reconstruir essa trajetória? Aumentando o foco sobre o objeto, ampliando-o. O desafio, nessa abordagem, é o de fazer aparecer uma nova trama, uma outra organização do social. Mais além, é também atender à tarefa de dar conta da lógica e da significação de experiências históricas, na sua singularidade. Não para ceder à vertigem do individual, ou mesmo do excepcional, mas com a convicção de que essas vidas minúsculas – como explica Jacques Revel² – participam elas também da grande história social da qual nos contam uma versão diferente, discreta, complexa. Nessa ótica, fenômenos maciços e globais são lidos em termos diferentes se tentamos apreendê-los por meio de estratégias individuais e de trajetórias biográficas. Eles não são menos importantes, mas são, sim, construídos de maneira peculiar. Essa abordagem consiste em aproveitar qualquer migalha de informação e buscar compreender o detalhe individual e as tênues marcas da experiência como acessos a lógicas sociais e simbólicas.

O interessante é que, em cada informação sobre a Colônia, vamos encontrar, na mesma época e do punho de estrangeiros, funcionários de outras Cortes, viajantes ou comerciantes, as mesmas considerações profundamente etnocêntricas sobre Portugal. Da mesma forma com que Lavradio, em terra que não era a sua, hostiliza e desconfia dos "americanos", os europeus, fora de suas pátrias, desconfiam e hostilizam os portugueses. O "um" da Colônia era o "outro" da Metrópole, crivado dos mesmos adjetivos descritos com o mesmo estranhamento. A linguagem, aqui ou lá, servia como suporte para desvendar a recusa da alteridade, numa época em que Rousseau já criticava a ênfase que davam os europeus às descrições de povos estrangeiros procurando associá-los ou compará-los consigo próprios.³ O respeito pela diversidade de culturas, quase duzentos anos depois das primeiras viagens ultramarinas, seguia sendo uma abstração. O europeu, no Novo ou no Velho Mundo, continuava a ver o americano, índios ou colonos, através de um olhar despojado

de toda e qualquer tolerância. A recusa obstinada da diferença era, por assim dizer, uma regra para a maior parte dos homens que viviam na segunda metade do século XVIII.

O suporte para tal exercício serão as cartas do Marquês de Lavradio, sua correspondência e a maneira como "escrevia sua vida", dando sentido à sua existência no período em que governou a capital da Colônia, entre os anos de 1767 e 1776. Tais documentos não são, todavia, inocentes. Os relatos sobre a cidade do Rio de Janeiro, seus habitantes e seus problemas não ressurgem direta e imediatamente do passado. Bem ao contrário, eles transportam, na força das palavras, um olhar muitas vezes amargo e deformado pelo ressentimento diante das terras onde, segundo um jesuíta contemporâneo de Lavradio, "não se fazia mais do que banzar e chorar".⁴

O conteúdo das missivas, as circunstâncias exatas de sua composição, as elipses e as lacunas intencionais ou não permitem antever tanto as dobras interiores da alma de um português expatriado quanto as circunstâncias políticas e materiais de sua existência na esfera pública. O campo literário deste *corpus* documental constitui-se, curiosamente ele também, em criador de uma micro-sociedade, de uma outra sociedade. Esta outra sociedade distingue-se por seu fechamento em face da praça pública. Que ele escreva para sua família, para amigos ou superiores, estará produzindo um circuito fechado no qual traz o público – o que vê, o que vive, o que diz – para o privado.⁵ Sua escrita pode, assim, revelar-nos como se apropria do mundo e das representações que faz dos outros.

Mas antes de conhecermos melhor nosso personagem, algumas informações sobre o ato de escrever no século XVIII, pois há uma visível relação entre as práticas de escritura, tais como a correspondência epistolar e a montagem do aparelho burocrático dos Estados modernos, dentre os quais figurava Portugal e, por conseguinte, o nosso marquês e vice-rei.

A correspondência é o resultado de lentos processos iniciados nos fins do século XVI: preeminência do escrito sobre o oral no cotidiano, nova importância da subjetividade, retrato do autor como criador, difusão do hábito de trocas epistolares como forma de comunicação. No século XVII, a correspondência era concebida dentro de um certo modelo egresso da oratória, da retórica da voz e do gesto. No século XVIII, já descolada da tradição teológica na qual desempenhava o papel de catalisador de energia social, a escritura vai ganhando autonomia: a percepção de bem escrever desligava-se dos arroubos da imaginação, adquirindo uma certa "frieza" que, hoje, chamaríamos objetividade. Estabelece-se, pela correspondência, um trabalho implícito e simultâneo de uso e exercício da razão. Cada um investe em dar à sua

escritura o máximo de clareza, pois é preciso que essa – a escritura – adira ao sujeito que a produz. Nessa época, o critério de sinceridade antes inexistente valida igualmente o texto, fazendo com que apareça por trás dele o ideal do "homem honesto", sem os artifícios antes exigidos pelo estilo barroco ou pela vida de Corte. Lavradio inscreve-se, assim, nessa tradição, ao sublinhar, por exemplo, a "honra e eficácia com que me emprego na execução das ordens de sua Majestade" ou o "não descanso no modo de bem satisfazer as minhas obrigações, sempre vivo assustado e cuidadoso, pois o caso não está em ser Gentil Homem, o ponto está em que a todos assim o pareçam".⁶ Burocrata e fidalgo, ele busca a comunicação perfeita, límpida, pois sabe que a escrita modela o homem de bem, o *honette homme*,⁷ o funcionário ideal do aparelho do Estado. Eis por que podemos ler, por meio de suas cartas, as representações sobre uma microssociedade colonial, representações, contudo, concebidas por certo olhar híbrido, domesticado, por meio do qual a Metrópole e seu filho mostram-se foco gerador de profundo etnocentrismo.

Mas quem foi nosso missivista? D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alacão Eça Melo e Silva e Mascarenhas, segundo Marquês de Lavradio e quarto Conde de Avintes, nasceu a 27 de junho de 1729 em Ribadeira, no estado da Conceição. Primeiro filho de Antônio de Almeida, primeiro Marquês de Lavradio, oficial do exército e renomado funcionário da Coroa lusa e de Dona Francisca das Chagas de Mascarenhas, irmã do Duque de Aveiro, fazia parte dos "grandes" de Portugal. Enquanto seu pai serviu, por trinta anos, em Angola, Dom Luís ficou sob a tutela de seu tio, o cardeal de Almeida; aos vinte anos, foi enviado em viagem a Madri e a Paris, onde ficou algum tempo estudando artes e confraternizando com jovens oficiais franceses. A pedido de seu tio, então cardeal patriarca de Lisboa, viu-se elevado a marquês em 1753. Ao regressar, deu início a uma brilhante carreira de armas que o trouxe, em 1768, como governador para a Bahia. Sua ação na luta contra os escândalos do Tesouro e a má administração o levaram a ser promovido vice-rei do Brasil. O pano de fundo político para sua indicação já foi bem descrito por Joaquim Veríssimo Serrão: a nomeação da nobreza metropolitana para o preenchimento de altos cargos na administração ultramarina. Era essa a regra comum, quando da ascensão de um novo monarca – e D. José ascendera ao trono em 1750 –, visando confiar as principais funções palatinas a nobres de inteira confiança. Nesse grupo, incluíam-se os altos postos militares e, de idêntico modo, os cargos de vice-rei e de governadores no Ultramar. Novos títulos surgiram ou foram confirmados pelo favor régio, com mudanças no tecido nobiliárquico, que se revestiram de grande significado político. A luta que a Coroa empreendia contra um determinado escalão da alta nobreza confirmava a disposição do

monarca, tanto como a de seu primeiro-ministro Pombal, de não permitir entraves à ação reformadora julgada necessária para o bem dos vassallos e, por conseguinte, do país.⁸

Sucessor de D. Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, Lavradio chegou à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro aproximadamente às nove horas da noite de 31 de outubro de 1769. Desembarcou a seis léguas do porto da recém-capital, a então praia de Piaçaba. Na escuridão de um outono chuvoso – cujas pesadas águas e trovões menciona no decorrer das primeiras cartas –, não deve ter tido oportunidade de apreender os primeiros contornos da paisagem entre rural e urbana. Os morros do Castelo, de S. Bento, de S. Sebastião, do Alto da Sé e de São Januário vigiando o singelo conjunto urbanístico da cidade. Nos dois primeiros, cruzeiros e ermidas deram origem a imponentes conventos de jesuítas e beneditinos que, com o casario branco que os circundava, logo chamavam a atenção dos muitos viajantes que aportaram na Guanabara. Após cruzar alagadiços e caminhos apenas iluminados pelas velas nos oratórios de esquina, Lavradio chegou exausto ao palácio dos vice-reis.⁹

Desenhado pelo brigadeiro José Fernandes Alpoim, esse ficava no largo do Carmo, junto do mar e da praia do Peixe. Embora amplo, só possuía dois pavimentos; na fachada principal, olhando para a baía, abriam-se três portadas, cada qual com sua escada de três degraus de mármore. O francês Bouganville que aqui passara em 1767 distinguiu-o como um dos mais belos edifícios da cidade, embora o tenha confundido com a Casa da Moeda que se instalara num de seus pavimentos, servindo também de enxovia, em 1711, para os franceses companheiros do pirata Duclerc, que então invadira a cidade.

Lavradio aí já encontrou Azambuja, cujos achaques eram conhecidos do outro lado do Atlântico, "com muito alívio na sua moléstia". Sua moléstia era, segundo o registro epistolar, "o insuportável e arriscadíssimo emprego" que ele, Lavradio, doravante assumia. Os sintomas já debelados com o pedido de transferência para a Metrópole tinham deixado o ex-vice-rei, outrora surdo e macambúzio, ouvindo melhor, mais bem nutrido e na "maior alegria". Contrariamente a outros vice-reis, permanecera apenas dois anos no Brasil, depois de ter servido em Goiás e na Bahia. Seu pronto e miraculoso restabelecimento às vésperas de partir sinalizava a Lavradio sobre a situação catastrófica que encontraria na capitania.¹⁰ Não à toa esse vai descrevê-la como um "labirinto (...) muito maior, mais trabalhoso e arriscado que eu supunha"¹¹ e ao seu sofrível emprego como a causa da "ruína de sua Casa".¹²

No plano exterior, o ano da chegada do novo vice-rei ao Rio foi o do abandono das praças de Azamor e Mazagão, no Marrocos, por resolução

do Marquês de Pombal, e, também, aquele em que veio à luz "O Uruguay", por José Basílio da Gama. Nos anos anteriores, contudo, uma série de fatores havia modificadø a situação interna da Colônia, deslocando o eixo da vida econômica e política para o Sul. Eram partes integrantes da política pombalina a regulamentação e o aumento da cobrança de impostos: a capitação, a "lei de trintena" e, nos anos 1762-1763, as primeiras derramas provocavam sangrias sem precedentes nos recursos das populações, revelando a maior opressão característica do mercantilismo em relação à Colônia. Os problemas de fronteiras com os espanhóis e a rendição de Sacramento que abriu a Cevallos as portas do Rio Grande e matou de desgosto, em 1763, Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadella, grande especialista em arrecadar com eficiência o fisco, enquanto passeava diplomaticamente entre os colonos; a modernização que, ao longo de 25 anos, este último empreendera na cidade, construindo aí um aqueduto, vários chafarizes, largos e ruas que a permitissem respirar; o seu crescimento em área e população; a ereção do mosteiro e da capela de Santa Teresa; a lenta diminuição do ouro das Gerais; o comércio ilegal que franceses e ingleses operavam no litoral mostraram à Coroa que esse era o centro do novo Brasil.

Havia, contudo, inúmeros e graves problemas que haviam nocauteado Azambuja e que doravante tinham de ser resolvidos. Lavradio recebera instruções ordenando-lhe acabar com "o pestilencial contágio dos contrabandos", tanto estrangeiros quanto nacionais. A guerra surda com os espanhóis, considerados inimigos "piores do que os jesuítas", pelas fronteiras do Sul tinha de ser vencida. Havia que se transformar a cidade numa capital inexpugnável, desenvolvendo, ao mesmo tempo, em seus alagados, as culturas do linho, da seda, do arroz, do anil e do café, acompanhando o renascimento agrícola da Colônia em contraste com o declínio acentuado da mineração nas Gerais.¹³ Havia que continuar a missão civilizadora de Bobadela, animando as atividades culturais e urbanísticas, garantindo, enfim, a ilustração espiritual do povo carioca.¹⁴

Recém-desembarcado, depois de 18 dias de "viagem trabalhosa" e enjões em alto-mar, Lavradio, esmagado pela tarefa que o aguardava, teve ainda de submeter-se ao que considerava "os impertinentes cumprimentos que pede a civilidade"¹⁵ nessas circunstâncias: ou seja, a recepção de chanceleres e ministros, todos recém-arrancados do sono e da cama, na casa do "Senhor Vice-Rei". Apesar do adiantado da hora, Azambuja ofereceu-lhe uma "magnífica ceia", na qual Lavradio se viu cercado de "imensa gente" que o acompanhou até seus aposentos, ocasião em que pediu ao seu "respeitável antecessor" que adiasse por "alguns dias" a sua posse. Seu intento: descansar das mazelas do traslado e "aproveitar das lições de V. Exma. em benefício dos povos"

e do "augustíssimo Amo" de ambos.¹⁶ O pedido, como já sabemos, não era destituído de sentido. Ao longo da governação pombalina, o aparato institucional ganhou reforço. Os poderes dos vice-reis, como se queixou anos antes e tantas vezes o padre Vieira, tornaram-se "monstruosos". A finalidade era clara: havia de compatibilizar a promoção dos progressos econômicos com a política do arrocho fiscal. Compreende-se que, apoiada nesses conceitos, a maior parte das iniciativas e das decisões se concentrasse no plano característico das providências administrativas propriamente ditas, isto é, que se exprimissem em ordens e regulamentos cuja amplitude pusesse, sob a lupa do governo, as atividades comerciais desenvolvidas na Colônia. Na época em que Lavradio desembarca entre nós, seu antecessor já tinha sido investido, por carta-patente, nas prerrogativas de delegado, sem restrições, do poder absoluto do monarca. Assim Azambuja e, por conseguinte, Lavradio possuíam:

(...) todo o poder e alçada sobre todos os generais, mestres de campo, capitães de fortalezas e pessoas que nelas estiverem e que forem nas ditas armadas e capitães das que lá andarem (...) e sobre todos os fidalgos e quaisquer súditos de qualquer estado ou condição, do qual em todos os casos, assim crimes como civeis, até morte natural inclusive poderá usar inteiramente e darse-á execução às suas ordens e mandados, sem delas haver mais apelação nem agravo e sem exceluar pessoa alguma em que o dito poder e alçada se não entenda.¹⁷

Eis as lições de que tanto poderia se aproveitar!

Nos dias que sucederam ao desembarque, Lavradio teve oportunidade de conhecer melhor a cidade onde exerceria o projeto administrativo do poder absolutista e centralizado que tão bem representou. Sobre a paisagem da cidade, anotou taxativo: "A terra continua a parecer-me muito mal; é rodeada de serras inacessíveis, a maior parte delas são uma rocha viva e todas fazem uma vista sumamente desagradável"...¹⁸ "o clima – ainda por cima – mau".¹⁹

O pontiagudo contorno azulado da serra dos Órgãos e a capa verde das pedras da Gávea ou do Pão de Açúcar, pontilhada do prateado das folhas de umbaúba que encantaram, alguns anos mais tarde, os pincéis de viajantes como Debret, Landsseer ou Burchell, não o sensibilizaram. Falta de gosto? Não. Homem de seu tempo, Lavradio não podia identificar na selvagem e barroca mistura de troncos e lianas algum tipo de beleza paisagística. Esses eram tempos em que o que definia o discurso do viajante setecentista sobre as cidades era sua maneira de encarar a paisagem. É bom não esquecer que cada período dá a sua cor particular à percepção que se tem da paisagem e que essa não é um dado imutável. Ora, os estrangeiros que mais tarde se deliciariam com a beleza da capital refletida no largo espelho da baía de Guanabara e com a brancura ofuscante da luz traziam o olhar

impregnado das paisagens do Norte, chuvoso e cinzento. As cores e o brilho tropical os fascinariam. Mais ainda. Habitados às pinturas de paisagens, concebiam *environments* completos.²⁰ Seu olhar, como podemos ver na correspondência dos forasteiros, mostra que o Rio, no início do século XIX, descortinava o conjunto de construções, água, céu e plantas. Nada lhes parecia isolado – as montanhas, o mar, as singelas casas rodeadas de quintais, o corte horizontal da praia do Peixe em frente ao palácio dos vice-reis, os arredores feitos de matas.

Na pena de Lavradio não há, sobre a jovem capital, grandes adjetivos, nem encômios, apenas juízos: "uma terra tão gabada e para mim tão aborrecida";²¹ "aqui tudo me fede, tudo me come, tudo me aborrece".²² Homem típico do século XVIII ibérico, a sensibilidade estética de Lavradio repousava na apreciação do que fosse tão simplesmente um "país jardim": um cenário onde sobretudo não houvesse esterilidade, nem selvajaria, mas onde a cidade se integrasse com docilidade aos subúrbios rurais vizinhos. Subúrbios que, tal como a volta de Lisboa, fossem marcados por campos fechados voltados às culturas de cereais de sequeiro ou por propriedades com pomares, hortas, olivais ou vinhas.²³ Não era o caso. As cidades na Colônia foram construídas sob o "signo do provisório".²⁴ As ruas eram acanhadas, muito estreitas – segundo o reverendo P. Kidder em 1837²⁵ –, e, nos aclives, tornavam-se sinuosas, adequando-se no possível à topografia. Faltava-lhes iluminação, tornando-as escuras e perigosas. O calçamento era malfeito, e nas poças d'água chafurdavam pachorrentamente porcos e outros animais domésticos. O palácio que Lavradio ocuparia, por exemplo, ficava ao lado da chamada Quitanda dos Negros, espécie de feira ou mercadinho, formada por uma série de pequenas e toscas barracas nas quais se vendiam produtos da terra e da arte culinária das pretas, diz Vivaldo Coaracy. Foco de discussões, gritos e assuadas, além de emanções nem sempre agradáveis.

Mas, se não havia empatia pela paisagem, por que não havia sentimento de estranheza em face da fisionomia da cidade? Pois em Lisboa o terreiro do Paço que reunia o palácio real e o tesouro dos Três Estados do Reino também convivía com os açougues públicos, considerados por viajantes estrangeiros como repugnantes. Também lá a cidade era sujíssima, e às suas ruas lamacentas deitava-se, durante a noite e até de dia, ao som do grito "água vai", toda espécie de imundície das casas. Vendilhões e mendigos de variada procedência cruzavam a capital, enchendo com seus gritos os ares.²⁶ Escravos, exatamente como na Colônia, vendiam água em potes, caiavam paredes, carregavam lenha, vendiam alimentos e miudezas em retalho, portavam cadeirinhas, explorando, enfim, todas as suas habilidades em favor de seus senhores.²⁷

Se a cidade, seus miasmas e sua rusticidade não o impressionava mal, seu estranhamento maior nascia, contudo, da observação dos colonos. As considerações sobre a terra e o clima metaforizavam sua opinião sobre a gente local: "clima e gente infernal", resmungava explicando,

acho estes povos sumamente pobres e como não tem gêneros seus que lhes constituam ao menos um ramo certo de comércio pouca esperança tenho de os melhorar nesta parte; em uma palavra (...) parece ser este um cadáver que vai para a sepultura e que por fora lhe tem ornado a mortalha com muitas flores e parece-me ser este o mais próprio retrato em que presentemente se acha o governo do Rio de Janeiro.²⁸

O Rio de Janeiro parecia-lhe uma terra de passagem e de encontro das gentes "americanas". A seus olhos, os comerciantes eram "faltos de fé e de verdade e persuadem-se mais fazendo-os tragar o fel do que dando-lhes de beber o mel". Mudá-los, era empresa da qual desconfiava.²⁹ O povo não era, tampouco, "o mais civil e bem criado".³⁰ Esmiuçando, tratava-se a capital, segundo Lavradio, de

uma feira de gente grosseira onde vêm assistir casquilhos para se divertir em ver o concurso das gentes que vem a ela; essas gentes grosseiras são todos que vão e vêm de Minas e os casquilhos os homens que aqui se acham estabelecidos nos quais não reina uma grande fofice e patarata a sua grandeza consiste em cada um poder dizer que tem um sege, um vestido brilhante da fábrica e que também o tem de veludo de toda a conta da Itália; este sege não aparece que quando chegam os senhores vice-reis, ou alguns dos outros governadores da América que tocam este porto; e passados esses primeiros dias de cumprimentos, eles não saem que em algum dia de muito sereno que aqui se encontra mui raras vezes de sorte que se chove ela fica metida na colheita e seus donos em casa; ou se o negócio é muito importante, saem a pé para que as ferragens não se destruam com a chuva, se faz muito calor ou sol forte também lhe sucede o mesmo para que os couros não se ressequem e hajam de receber algum dano...³¹

Na feira de grosserias, os indivíduos não eram como eram. E, sim, como pareciam, ou melhor, como queriam parecer. Tudo visava a esse objetivo: a despesa excessiva, a prodigalidade (pelo menos nos momentos criteriosamente escolhidos), a insolência, a ostentação.³² Suas anotações deixavam transparecer o grau de aceitação ou recusa que ele tem do Outro, que chamará de "americanos", de "pataratas", alteridade reveladora do seu próprio percurso, assim como de seus fantasmas e suas obsessões, correspondente a um dado momento histórico. Seu olhar definia-se, enquanto duplo, em relação a um centro unificador de poder capaz de estabelecer seu sentido: os usos e os costumes da Metrópole.

Nessa lógica, o Outro constitui-se em toda a sorte de derrapagem referida à unidade centralizadora que cria a identidade. Ele era subalterno, egresso de um mundo arcaico e rural, fruto de um processo de mestiçagem biológica. Sua expressão cultural, para se civilizar, tinha de passar pela absorção do modelo metropolitano. Nessa ótica, a Colônia deveria transformar-se obrigatoriamente num simulacro de Europa. Os jogos sutis entre o que Lavradio aceitava ou recusava, tendo como referência os critérios pátrios, ficam visíveis em sua correspondência desde o início da estadia. Mas vejamos como nosso vice-rei enxerga o que pertencia ao seu mundo e o que era parte de outro. Ou do Outro.

No Brasil, não bastava ganhar dinheiro e com ele comprar casas, escravos e terras. Havia de ser reconhecido e, se possível, admirado como pessoa de fino trato, algo próximo à fidalguia, o que não era pouco numa terra onde a nobreza de sangue significava o topo da pirâmide social. Exatamente o comportamento que Lavradio atribui aos "pataratas". Por isso – explica Emanuel Araújo –, alardear amizades influentes, vestir-se com esmero e andar, quando não havia riscos meteorológicos, em seges caros, exibir boa árvore genealógica (mesmo falsa) dava importância maior às pessoas.³³ Confirmando a tese, alguns anos antes, um baiano contemporâneo de Lavradio, senhor de engenho falido, fazia vir de Portugal pares de meias e o hábito de Santiago, forma astuciosa de enganar com a falsa aparência do luxo seus irados credores.³⁴ Alguns anos depois, o professor de grego, Luís dos Santos Vilhena, ironizava sobre os colonos da América portuguesa:

O certo é que se encontram bastantes sujeitos que não terão dúvida em tecer sua genealogia mais longa que a dos hebreus e disputar com a nobreza, com os grandes de todo o mundo, quando a que têm pode bem ser lhes provenha da desenvoltura de seus pais e avós.

A lógica que impulsionava Lavradio a olhar de forma tão desairosa os "casquilhos" cariocas nascia, contudo, em além-mar.

É curioso como a Colônia vai servir como espelho invertido da Metrópole, o burocrata metropolitano debruçando-se sobre sua gente, com o mesmo enfado com que o estrangeiro descrevia a Metrópole. Em Portugal, a busca de uma postura discreta, a representação ideal da vida de Corte, os mecanismos de autocontrole introjetados e expressos nas formalidades cortesãs, marcas da diferenciação social em qualquer Corte europeia não se viam. Lá, patrões e domésticos, senhores e escravos conviviam amigavelmente numa espécie de vulgaridade rústica que chocava o estrangeiro. Não existiam refinamentos nas boas maneiras, nem sinais exteriorizados de um falar mais

apurado. O ócio aristocrático, as distrações e a gestualidade do fidalgo não se diferenciavam muito, aos olhos do viajante estrangeiro, dos do comerciante.

Os palácios eram mal e modestamente decorados: excepcionalmente, viam-se espelhos, douramentos ou quadros, substituídos, no mais das vezes, por calorentos e pesados panos. Provavelmente, pareciam-se com aquele no qual se instalou Lavradio e que fizeram o francês Parny ponderar que nem o seu interior, nem o seu exterior refletiam a pujança da Colônia.³⁵ As pragmáticas sobre vestuário eram constantemente contrariadas baralhando o *status* de quem os portava.³⁶ O atraso com que se adotavam as modas européias somado ao desconforto da moradia transformavam os portugueses em símbolos de mau gosto. Mesmo no auge do período joanino, a Corte portuguesa era considerada de excessiva simplicidade.

Os cortesãos, com exceção de dez ou doze, estão vestidos ou mesquinha ou ridiculamente. Não se vê uma boa libré, exceto nos ministros estrangeiros. Os portugueses, por falta de viajar, têm uma idéia muito superior do que aquela que deveriam ter da magnificência e dignidade de sua corte nas ocasiões mais solenes,

queixava-se o embaixador da França, monsieur de Baschi. Os espetáculos apresentados na Corte ficavam longe daqueles que via em Madri ou Dresden, e as refeições aí servidas mais pareciam uma "rude corvéia".³⁷ O francês Carrère endossava, lembrando que nem pelo trajo, nem pela fala, nem mesmo pelas homenagens se conseguia distinguir o rei dos nobres e esses entre si. Houve viajantes mais críticos que comparavam, por sua má aparência, a gente nobre a vendedores de velas de sebo. Diziam, ainda, ser a casa do Conde de S. Vicente, membro da casa de Távora, presidente da casa de Ultramar e renomado "fanfarrão",³⁸ o espaço onde as "classes mais baixas" teriam ocasião de dançar, divertir-se e namoriscar com a mais alta nobreza. Em suma, tudo o que o processo civilizatório, de acordo com a idéia central de Norbert Elias,³⁹ fizera para dar total transparência às diferenças de origem parecia, à beira do Tejo, mesclado, misturado, esfumado. "Não há um único apelido em Portugal que não pertença, simultaneamente, à fidalguia mais extrema e à gentilha mais baixa", diagnosticava um estrangeiro.⁴⁰

Esquecido das cores com que seus hábitos e costumes eram pintados por estrangeiros, Lavradio via, contudo, os americanos como "casquilhos", mas não só. Ele os considerava sobretudo preguiçosos: "a preguiça destes habitantes (é) sumamente extraordinária, e esta os tem reduzido à decadência e miséria em que se acham estes povos".⁴¹ Ou

a terra é muito mais luz que a Bahia, porém o negócio é menos sólido e sem comparação, muito menor, porque com o engodo das Minas se não aproveitam de muitos gêneros que tem e de que poderiam fazer um bom ramo de comércio; se o tempo me permitir que eu possa dar algum calor a alguns desses insofríveis preguiçosos...⁴²

Ou ainda: "Eu vou continuando a minha trabalhosa e insuportável lida, porque cada vez se me descobre mais e mais trabalho (...) e sou eu quem pessoalmente as (ordens) vou ver executar para com minha assistência poder vencer a preguiça dos executores".⁴³

Enquanto na Colônia Lavradio vituperava contra características detrativas dos "americanos", os viajantes europeus que cruzavam Portugal na mesma época registravam quase as mesmas impressões sobre os lusos: "*En general, la nobleza, los ciudadanos y campesinos de Portugal se parecen a los de Galicia, es decir: groseros, tontos, incapaces de buenas costumbres y ignorantes (...) y nos le gusta trabajar*",⁴⁴ anotava Nicolas de Popielovo. O Conde d' Albon, em 1782, era de opinião de que uma torrente de males se abatera sobre o reino. A moleza, a ignorância e a preguiça amarraram os braços dos lusos, fazendo-os abandonar os *ateliers* artesanais e a lavoura das terras. Montesquieu os descrevia como "inencíveis inimigos do trabalho", e o capitão inglês William Stothert os acusava de um caráter marcado por "extrema indolência, repugnante para as leis da sociedade civilizada".⁴⁵

Os favores a certos grupos e os desvios a que estava submetida a fazenda real eram outra característica sobre a qual vai vituperar o vice-rei por meio de sua correspondência: "Aqui me apareceu estes tempos passados Antônio Joaquim, que diz ser coronel das Minas, ele me pediu uma carta de proteção...".⁴⁶ Tratava-se, ironicamente, de um degradedado. Ou

tive também o gosto de arrematar já o contrato dos dízimos, sendo os arrematantes os homens de negócio mais abonados desta praça, tirando estas rendas das mãos dos mascates que eram os únicos que vinham arrematar as rendas reais de onde tem nascido os graves prejuízos que nesta provedoria se tem experimentado.

Balanços do erário público que não eram realizados, "o tesouro das despesas há dois anos que não lhe tomava contas",⁴⁷ "a fazenda real embrulhada", "o inferno em que se encontravam estas repartições",⁴⁸ enfim, desmandos de toda a ordem dão idéia do quanto a corrupção e o contrabando eram correntes.

Lavradio discorre sobre situações nas quais são visíveis os esquemas já organizados para lesar a Metrópole. Na Casa de Armas, por exemplo, uma passagem apertada dificultava a visita do antigo vice-rei, constantemente achacado:

e entraram a ser infinitas as pessoas a querer em ter ali mando e jurisdição, não consentindo que o senhor Vice Rei soubesse se não o que lhes quisessem dizer, e as moléstias do senhor Conde lhe não davam lugar a ele ir ver pessoalmente ver (*sic*) o que se fazia, donde logo descobriria o alçapão que lhe tinha sido armado; tomou isto maior corpo, por consequência, lhe fez a ruína o maior estrago.

Sobre o porto do Rio, na época o mais importante da Colônia, dizia:

daqui nascia serem os contrabandos imensos, e com tal descoro que até punham casas de fazendas para os venderem; os seus marinheiros e mais passageiros eram os inquietadores destes povos e se lhes procurava evitar este despotismo, eles respondiam cheios de arrogância e atrevimento.

O mais interessante é, contudo, seu registro sobre a ineficiência das juntas na administração dos bens públicos. Vejamos o exemplo da chamada Junta das Fragatas, sobre a qual se queixava:

Tinha Sua Majestade nomeado um tribunal com o título de Junta das Fragatas, este se compunha do provedor da fazenda, do presidente da mesa de Inspeção e do comandante de cada uma das naus, sem haver presidente na dita junta; perante estes três ministros se deviam ajustar todos os gêneros que fossem necessários, assim comestíveis, como todos os mais precisos para o conserto das naus, e fornecimento dela, e com aprovação deles serem satisfeitos sem que o governador, ou vice rei tivesse a incumbência de coisa nenhuma destas; e daqui nascia a desordem que havia nestas despesas, porque como os senhores governadores não davam sobre esta matérias nenhuma jurisdição, eles lhe não importavam mais que mandar passar para aquela repartição o dinheiro que por ela se lhe pedia para as devidas despesas, e isto era se dava (*sic*) da Corte vinha ordem para assistir às mesmas despesas. Como esta espécie de Tribunal não tinha nenhum presidente, e era composta de um militar, um particular enxertado em ministro, e um ministro; eram as disputas e as desordens infinitas, sobre pontos de jurisdição, já sobre quem haveria de tocar a campainha, sobre o lugar das assinaturas, sobre que mercadores deveriam preferir para a venda de gêneros, se haviam de ser os afilhados de uns ou de outros; finalmente, sucedia estar uma nau infinitos meses neste porto, sem se fazer nunca a dita junta, e se algumas vezes se juntava, eram tantas as disputas...⁴⁹

Peculiaridades da Colônia? Não. Os desmandos na Metrópole eram cuidadosamente anotados pelos observadores estrangeiros. O Conde de Baschi, embaixador de Luís XV à Corte lusa, mencionava abertamente nas suas correspondências com o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Versailles as fórmulas de enriquecimento ilícito utilizadas por Pombal, então o todo-poderoso ministro de D. José.⁵⁰ Serieys não deixou de mencionar, em obra publicada em 1805,

que dentre os "reais vícios das finanças de Portugal, o mais terrível era a má administração". Em 1797, Dumouriez, no seu *État présent du Royaume du Portugal*, acusava os comerciantes de emprestar seus nomes, a bom preço, para que embarcações estrangeiras fizessem comércio com a Colônia, comércio que era então rigorosamente proibido aos forasteiros. Carrère, em 1798, batia mais duro. Acusava a política do governo de ser aquela dos "estados fracos e de existência precária". "Ela não conhece, nem emprega – dizia taxativo – que pequenos meios tortuosos, tenebrosos, pequenas intrigas sem conseqüências cujo móbil, encaminhamento e efeitos raramente se estendem para além das paredes que o príncipe habita".

Queria dizer, sem dúvida, que a corrupção na Metrópole se encontrava entre os altos escalões. Em sua *História da guerra da península*, publicada em 1827, o general Foy, responsável pela presença napoleônica em Portugal, reproduzia, impiedosamente, um retrato que Lavradio já vira entre nós:

Portugal é o país das assembléias, das juntas, que não se reúnem jamais, e de conselheiros, que não dão conselhos. Não é apenas sobre o serviço permanente que certa preguiça ávida erige seus andaimes feitos de empregos, escritórios, salários e ela se agarra a projetos simples que o governo acolhe. A construção de uma ponte, o assoreamento de um pântano, o desvio do leito de um rio fornecem a ocasião de prodigalizar ao tesouro público uma multidão de pessoas que não deixa jamais de apresentar-se para dirigir e controlar os trabalhos.

Sobre uma reforma no código penal do exército e sobre a nova organização das coudelarias do reino, conclui que, depois de reunir uma junta de "vinte grandes senhores", o código não foi feito, nem os haras, regenerados.⁵¹

Como bem explicam Arno e Maria José Wehlig (1994), a administração colonial era, sobretudo, um feixe de relações entre o governo metropolitano e as administrações centrais e regionais, com os órgãos portugueses contatando diretamente os coloniais, os governos das capitânias e até a administração colonial. A imprecisão da estrutura administrativa acarretou, aliás, freqüentes conflitos sobre competências e jurisdições, muitos dos quais permaneceram sem solução. A administração fazendária era dominada pelas necessidades crescentes do Estado, tanto metropolitano como colonial, quer pela ampliação de seus objetivos, com o absolutismo, quer pela manutenção da própria administração. Mas, como bem lembram ambos os autores, havia um abismo entre o país formal, existente nas normas jurídicas públicas e privadas, e o país real da Colônia onde as leis eram freqüentemente inaplicadas ou mal-aplicadas, por causa de forças e interesses locais, além da venalidade dos funcionários. Leis profusas e confusas promoviam o patronato e a corrupção. Na época em que escreve Lavradio, o controle fazendário no Brasil que antes competia

ao provedor-mor e aos provedores das capitanias passara, graças às reformas impostas por Pombal, ao Erário Régio (em Portugal) e às Juntas da Fazenda (no Brasil), concentrando-se em algumas cidades, incluindo o Rio de Janeiro. Seu comportamento deixava, contudo, a desejar, caracterizando-se pela morosidade e venalidade de seus membros.⁵²

Outra queixa de Lavradio diz respeito à decadência da Colônia. O conceito nos interessa na medida em que ele também é largamente mencionado na correspondência européia sobre Portugal. Em carta datada de 6/11/1771 ao amigo, desembargador Rodrigo Coelho Machado, Lavradio diz:

Este continente não oferece por ora novidade que seja memorável. A colheita do açúcar foi a terça parte do ano passado porque as muitas águas embaraçaram a que fosse avante a grande colheita que se esperava. O negócio para a Colônia cada vez se acha em maior decadência; de Minas, continuam a ser bastante diminutas as remessas e cada vez isso irá em maior diminuição enquanto os governadores daquelas capitanias forem consentindo que a gente se empregue em manufaturas, em lavouras e em exercícios e diligências militares, divertindo-se por esta forma a única e verdadeira aplicação que deviam ter em minorar e fazer algum descoberto.⁵³

Se a idéia de decadência aparecia, então, na correspondência das autoridades lusas referida à Colônia, na Europa era representação constantemente associada à Metrópole. Nas *Lettres écrites en Portugal*, em 1780, o autor anotava que o

reino, que outrora encontrava-se em posição distinta na Europa, estava reduzido, por assim dizer a nada; um estado que, depois de ter formado grandes estabelecimentos nas diferentes partes do globo nada tinha de seu (...) as riquezas de suas conquistas tinham sido a causa mesma de suas necessidades domésticas.⁵⁴

Outro autor francês exclamava, por sua vez: "Onde estão os descendentes dos Gama, dos Albuquerque, dos Castro, dos Ataíde e de tantos outros heróis que tornaram o nome português tão temido e ilustre?".⁵⁵ Joshua Gee, em 1738, escrevia que os portugueses haviam reduzido tanto suas indústrias desde que descobriram ouro e prata em suas minas do Brasil, que obrigatoriamente tinham de importar manufaturados da Inglaterra.⁵⁶ Cinquenta anos mais tarde, seria a vez de William Guthrie afirmar que "os modernos portugueses nada haviam retido do espírito aventureiro que enobrecia seus antepassados há trezentos anos atrás".⁵⁷ A pá de cal vinha do Conde de Albon, em 1782:

Desde que os portugueses descobriram o Brasil, embora tenham tirado daí mais de dois bilhões e seiscentos milhões, as dívidas e necessidades do Estado não cessam de crescer. A razão é simples. As minas de ouro produzem anualmente sessenta milhões e o Estado gasta sessenta e dois com as mercadorias recebidas do exterior. Podemos concluir que Portugal é um reino exausto de homens e de dinheiro, rolando, sem cessar de um abismo profundo, para outro, mais profundo ainda (...) Fascinados com o ouro do Brasil, os portugueses não pensaram se não em gozar tranquilamente de sua opulência; eles não olhavam mais a indústria e o trabalho como tesouros inesgotáveis; acreditaram-se no direito de desprezá-los, de renunciar a eles, de relegá-los a outros povos os quais supunham não ter outros recursos para escapar à miséria e defender-se contra a pobreza. Ao despoivoamento somou-se o esgotamento das finanças que Portugal suga no Novo Mundo; os cofres do Estado estão sempre vazios, aí não circula mais do que quinze ou vinte milhões. Esse capital seria menor se o governo não tivesse cunhado uma moeda de má prata, que fica no país pois os estrangeiros recusam-se a aceitá-la como pagamento.⁵⁸

O painel obtido através desse fogo cruzado referente aos desvios, ao caráter e às características da Colônia ou da Metrôpole funda-se em situação bem específica. Em obra fundamental, Arno e Maria José Wehlig elucidam que Portugal e seu império foram marcados, entre 1750 e 1808, por três grandes condicionamentos: a dependência inglesa, a predominância absoluta do Brasil dentre suas colônias e os efeitos da crise econômica de 1766-1769. Os dois primeiros, se não eram novos, atingiram seu grau mais agudo nesse período. Os sucessivos *déficits* comerciais continuaram pagos pelo ouro brasileiro, em crise desde 1760, gerando uma sangria de recursos que impossibilitava novos investimentos. A dita crise da mineração manifestou-se por volta de 1760, sete anos antes da chegada de Lavradio. A exportação de ouro caiu de 2,2 milhões de libras nessa data para 700 mil, em 1775, e 400 mil, em 1806, data em que os comentários dos estrangeiros são feitos. No caso dos diamantes, a queda nos rendimentos decorreu de manobras de comerciantes holandeses que inundaram o mercado para forçar a baixa de preços. A situação refletiu-se em toda a economia da região mineradora. As causas, muito discutidas, do declínio da região mineradora foram os esgotamentos dos veios de mais fácil acesso, após meio século de exploração; a falta de tecnologia para uma exploração mais sofisticada; os custos de manutenção da máquina administrativa; a corrupção das autoridades e dos funcionários; o contrabando; o agravamento constante dos conflitos de interesses entre mineradores, comerciantes e burocratas; a baixa fertilidade das terras. Na região açucareira do Nordeste e do Rio de Janeiro, a crise de preços do produto aprofundou dificuldades que tinham mais de um século. A renda das exportações entre 1760 e 1776 caiu de 2,3 milhões de libras para 1,4 milhão. Somente com a breve recuperação dos

preços internacionais do açúcar em torno de 1780 – acentuada com a desorganização da produção antilhana, graças à revolução escrava de São Domingos – pôde o açúcar brasileiro registrar novos, mas efêmeros, ganhos.

Apesar das restrições aos "americanos", Lavradio compreendeu com certa sensibilidade os problemas relativos ao comércio da Colônia,⁵⁹ observando as primeiras tensões entre reinóis e colonos, tensões que apontavam para o eclipse da velha ordem colonial:

Esses mesmos indivíduos que por si só são facilimos de governar, se vêem dificultosos e às vezes dão trabalho e algum cuidado por causa dos Europeus, que aqui vem ter seus estabelecimentos, e muito mais por serem a maior parte destas gentes naturais da província do Minho, gentes de muita viveza, de um espírito muito inquieto, e de pouca ou nenhuma sinceridade (...) porque logo que aqui chegam não cuidam em nenhuma outra coisa que em se fazerem senhores do comércio que aqui há, não admitindo filho nenhum da terra a caixeiros, por donde possam algum dia serem negociantes; e no que toca a lavoura mostram-se ignorantes como os mesmos do país.⁶⁰

Na mesma linha de raciocínio, os viajantes estrangeiros percebiam, do outro lado do Atlântico, as tensões que se estabeleciam entre reinóis e ingleses, os segundos dificultando o acesso do comércio atlântico aos portugueses e aprofundando a crise do colonialismo mercantilista, como o demonstrou Fernando Novais. Conseqüentemente, a passagem para o capitalismo industrial, em curso na Inglaterra, na Holanda, na França, entre outros, retardava-se em Portugal, onde não se conseguia "a inversão do pacto colonial".⁶¹ Em 1797, Dumouriez registrava implacável:

O comércio de Portugal está totalmente na mão dos ingleses, para os quais os portugueses não passam de corretores, mantidos na mais rígida dependência (...). O comércio se faz quase que inteiro nas mãos e nos navios ingleses, exceto os das províncias das Índias, África e América que são administrados através de companhias as quais o fazem pelas frotas do rei. Mas, em tais frotas, os portugueses não passam de "testas de ferro". As mais consideráveis fatorias do Brasil e da África pertencem a capitalistas ingleses, que tem por correspondentes casas inglesas em Lisboa, Porto e Londres, de quem os portugueses compram mercadoria de segunda mão vindas de suas próprias colônias.

Mas, em que esses esparsos trechos da correspondência de Lavradio são importantes para a compreensão deste período? O historiador sabe que se interrogar sobre o Outro é também interrogar-se sobre si próprio, como bem diz Augustin Redondo.⁶² Alteridade e identidade, individual e coletiva, são dois pólos complementares de uma mesma realidade humana. O outro é o espelho invertido de quem o vê, examina e analisa; ele é aquele que permite construir

sua própria identidade. A linguagem é um bom revelador de como se concebe o Outro em determinado momento histórico. E esse discurso coloca em evidência, graças ao processo de distanciamento que supõe, a atitude de incorporação ou de recusa do Outro. A escrita permite, além disso, construir um mundo em duas dimensões (eu e o Outro; meu grupo e aquele dos Outros) em relação à alteridade, todos os fantasmas de uma comunidade para além daqueles do indivíduo que escreve. Donde atitudes variadas em relação ao Outro. Caminhar em sua direção, descobri-lo, aceitá-lo, pelo menos em parte, ou rejeitá-lo completamente – transformando-o, não poucas vezes, em bode expiatório de uma comunidade em crise. Assim, nós, os "americanos", aparecemos como "casquilhos", preguiçosos e ignorantes em face da Metrópole em crise.

Portugal, potência colonizadora, confrontou-se várias vezes com o problema de uma alteridade diferente (ao mesmo tempo muito próxima, sob vários aspectos) daquela que se conhecia na Península Ibérica. Contudo, no quadro de crise do Antigo Sistema Colonial, como o denominou Fernando Novais, o "americano", na Colônia, simbolizava, por sua suposta preguiça, corrupção e venalidade, o culpado do mal. Ele ameaçava a sobrevivência e a identidade da Metrópole. Representação da alteridade recusada, o "americano" funcionava, no texto de Lavradio, como portador de todos os temores, de todos os fantasmas e de toda a rejeição de uma sociedade e de um Estado em busca da unidade e das identidades redentoras num quadro de tensão.

Olhando do outro lado do espelho, vamos encontrar o mesmo comportamento dos europeus em relação àqueles que Eça de Queirós carinhosamente chamava de "os pequeninos portugueses". Viajantes como Guthrie, Carrère, Link, o Duque de Choiseul, o Conde d'Albon, Dumouriez ou Murphy, que estiveram em Portugal na segunda metade do século XVIII, pouco tinham retido das lições sobre a observação dos povos, propostas por filósofos como Joseph-Marie de Gérando, Fontenelle ou Rousseau.

Rousseau já havia chamado a atenção contra o "preconceito nacional" com o qual se julgava os "mores dos selvagens": era preciso desconfiar dessa projeção de si, sobre os outros, advertia o genebrino, mesmo em se tratando de vizinhos. A crítica sobre o etnocentrismo já estava bem desenvolvida nesta época. Helvetius, por exemplo, lembrava que, percorrendo diferentes nações, encontrar-se-iam diferentes usos e costumes, e cada povo, em particular, se acreditaria em posse do melhor deles. No seu *Emílio*, Rousseau dizia ter por máxima incontestável que para estudar os homens, no plural, era preciso olhar à volta de si. Mas que, para estudar o homem, no singular, era preciso enxergar longe. Primeiro, cabia observar as diferenças para, depois, descobrir as propriedades gerais.

Os europeus que passavam por Portugal codificavam o seu olhar sobre os lusos a partir de princípios e imperativos próprios às suas sociedades. Esse olhar era, portanto, relativo, e não absoluto, e consistia no resultado final de um compromisso tácito entre o desejo dos governantes, expresso em leis, e os hábitos e costumes arraigados nas suas respectivas populações. O conceito de alteridade mais dizia respeito à não pertença do indivíduo a uma comunidade territorial do que à sua conduta diferente. O desconhecido era considerado uma espécie de duplo monstruoso, condensando, ao mesmo tempo, ódio e medo daqueles que imaginavam que ele pudesse ser mais inquietante, mais forte ou mais violento do que os seres familiares, num mundo marcado por lutas imperativas para a sobrevivência.

Tanto no Brasil-Colônia quanto em Portugal da segunda metade do século XVIII, as missivas e as correspondências tinham por alvo a descrição relativamente objetiva do que se via à volta. A crise do Antigo Sistema Colonial não deixava dúvidas quanto aos problemas internos e externos do império luso que aí foram abordados. Empobrecimento e corrupção eram as características mais visíveis da ponta do *iceberg*, devidamente explorados pela historiografia brasileira. O que vale, contudo, reter nessa pequena análise é que, para expressar essa tensão, europeus em Portugal e portugueses no Brasil valiam-se das mesmas imagens: vadiagem, preguiça, decadência. Enquanto os viajantes europeus detectavam, no enfraquecimento do Estado e na falta de industrialização, as causas do descompasso luso, Lavradio deixava entrever na sua observação sobre "americanos" o preconceito contra o temido duplo. O problema da Metrópole era a Colônia e seus moradores, os "americanos".

Esse jogo de atribuições deixa entrever o momento no qual o funcionário do Estado fabrica, por meio da palavra e da retórica da subordinação, dispositivos de controle, constrangimento e autoridade sobre as vontades autônomas e já resistentes dos moradores da Colônia. É para debelar sua preguiça e corrupção, metaforizadas no "pestilencial contágio dos contrabandos", que Lavradio irá aplicar, seis anos depois, a carta de lei de 22 de dezembro de 1761, que reformou o fisco. Criada a Contadoria-Geral da Relação do Rio de Janeiro, lançava-se sobre a população uma lente de aumento capaz de organizar financeiramente e registrar os rendimentos que se deviam cobrar do norte ao sul da Colônia.⁶³

Do outro lado do espelho, Portugal tentava, com lentidão, vencer seus problemas econômicos graças a pequeno florescimento industrial e a uma transformação no comércio português que teve lugar, nas Índias Orientais, na época da guerra de independência dos Estados Unidos. No seu conjunto, contudo,

a política pombalina naufragou. Tendo desejado desenvolver um capitalismo à inglesa, Pombal esperava que suas companhias de comércio sustentadas pelo Estado aumentassem a parte nacional no comércio exterior. Ele conseguiu, de fato, alguns resultados, mas essa foi uma fase na qual o comércio externo inteiro se reduzia. No campo das idéias, malgrado uma grande preocupação com "o progresso das Ciências e das Artes" e o nascimento da Junta de Providência Literária, em 1768, as portas do país continuavam fechadas às idéias iluministas. A censura literária, no campo das publicações e mesmo da ópera e do teatro, abateu-se indiscriminadamente sobre o que era considerado excessivo, tanto sob o ponto de vista religioso, quanto do profano.⁶⁴ Na literatura, nas artes e nas ciências, como diz Oliveira Marques, "o momento foi modesto", embora revelador de uma nova mentalidade de cunho internacional.⁶⁵

Contra esse pano de fundo, a reação do estrangeiro que passava por Portugal era muito parecida com a de Lavradio, na Colônia. Na diferença, no Outro, só conseguiam detectar pobreza e ignorância. A origem, todavia, desse sentimento era peculiar. Nos meados do século XVIII, a Europa definia-se por um espírito comum nas Letras e na Filosofia e situava-se como uma civilização fundada na pesquisa científica capaz de gerar uma elite de pensadores, como o demonstrou Paul Hazard.⁶⁶ O fenômeno de dessacralização, na expressão de M. Dupront, ou de laicização dos Estados europeus já ia avançado. O *Dicionário de Trévoux*, editado pelos jesuítas, não deixava margem de dúvida para a compreensão do continente como um espaço onde o cristianismo e sua moral generosa davam as mãos à idéia de civilidade:

os europeus são os povos da terra mais polidos, mais civilizados e mais bem-feitos. Eles ultrapassam todos aqueles de outras partes do mundo nas ciências e nas artes, e, principalmente, no que denominamos liberalidade, no comércio, na navegação, na guerra, nas virtudes militares e civis.⁶⁷

Na *Enciclopédia*, de Diderot e Voltaire, as apreciações são igualmente generosas sobre os europeus:

A Europa é a menor das quatro partes do mundo, mas como o observou o autor de *O espírito das leis*, ela alcançou um tão elevado grau de força como não há comparação na história. Aliás, o que importa que ela seja pequena pela extensão de suas terras, se ela é a mais considerável pelo comércio, por sua navegação, por sua fertilidade, pelas luzes e indústria de seus povos, pelo conhecimento das artes, das ciências, dos mesteres, e pelo que é mais importante, o cristianismo.⁶⁸

Tirando o último quesito, Portugal nada tinha que pudesse permitir-lhe acomodar-se, com conforto, em tal espaço de luzes, ciências e liberdade.

Para os europeus, portanto, os lusos, quando comparados com os critérios anteriores, eram um Outro marcado por ignorância, superstição, indolência, tristeza e sujeira. Segundo Carrère, em 1798, "Portugal estava um século atrasado em relação às outras nações da Europa".⁶⁹ Para Lavradio, portugueses na América colonial, os "americanos", comparados com os reinóis, eram casquilhos, pataratas, ignorantes, decadentes e ladrões. Enfim, nesses tempos, "um era o outro", tudo dependendo do lado do Atlântico em que se encontrasse o observador, o olhar sobre o Outro resultando de onde se enxergasse a questão.

Notas

1. Empristo o título ao livro da filósofa francesa Elizabeth Badinter.
2. Ver seu *Jeux d'échelle de la Micro-analyse à l'expérience*, Paris, Gallimard/Seuil/Hautes Études, 1996. E meu artigo, "Le quotidien et l'intéressant de la vie d'un maître de moulin à sucre à Bahia au XVIIIe siècle", *La Naissance du Brésil*, Kátia de Queiróz Mattoso (org.), Paris, Presses Université de Paris-Sorbonne, 1998, p. 299-319.
3. Ver Tzvetan Todorov, *Nous et les autres, la réflexion française sur la diversité humaine*, Paris, Seuil, 1989.
4. Carta do missionário Matheus de Souza ao seu superior Luís Veloso, IANTT, Cartório jesuítico, maço 70, n.º 166. Ver sobre a correspondência jesuítica Paulo de Assunção, "Negócios jesuíticos", mimeo., 1999.
5. Aproveito aqui algumas informações de Frédéric Briol, no seu *Usage du Monde, usage de soi, Enquête sur les mémorialistes d'Ancien Régime*, Paris, Seuil, 1994.
6. Carta 278, p. 63.
7. Empristo aqui algumas idéias a Eric Méchoulan no seu prefácio de *Écrire au XVIIIe siècle*, Paris, Presses Pocket, 1992.
8. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal (1750-1807)*, Lisboa, Verbo [s. d.], p. 120.
9. Sobre o Rio de Janeiro, ver *Visões do Rio de Janeiro colonial, antologia de textos, 1531-1800*, José Marcel Carvalho França (org.), Rio de Janeiro, Edurej/José Olympio, 1999.
10. Carta 143, in *Cartas do Rio de Janeiro, 1769-1776*, Rio de Janeiro, INL, 1978, p. 4.
11. Carta 158, *op. cit.*, p. 10.
12. Carta 174, *op. cit.*, p. 16.
13. Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1979; ver o capítulo "Renascimento da Colônia", p. 79 e *passim*.
14. Sobre Lavradio, ver Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil. With special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1968.
15. Carta 141, *op. cit.*, p. 3.
16. Carta 145, *op. cit.*, p. 5.

17. *Apud* Pedro Otávio Carneiro da Cunha, "Política e administração sob os últimos vice-reis", *História geral da civilização brasileira*, Sérgio Buarque de Holanda (org.), Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977, v. I, p. 366.
18. Carta 158, *op. cit.*, p. 10.
19. Carta 168, *op. cit.*, p. 13.
20. Sobre "ver a paisagem", remeto o leitor a Alain Roger e seu *Court Traité du Paysage*, Paris, Gallimard, 1997.
21. Carta 158, *op. cit.*, p. 10.
22. Carta 252, *op. cit.*, p. 49.
23. José Vicente Serrão, "O quadro econômico, configurações estruturais e tendências de evolução", *História de Portugal*, direção José Mattoso, *O Antigo Regime*, coordenação de Antônio Manuel Hespanha, Lisboa, editorial Estampa [s. d.], p. 75-76.
24. Empréstimo a expressão a Emanuel Araújo em seu *O teatro dos vícios – transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*, Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Edunb, 1993, p. 31.
25. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, São Paulo, Martins/Edusp, 1972, v. I, respectivamente p. 6 e 45.
26. Descrição da cidade de Lisboa e onde também se discorre sobre a Corte de Portugal; sobre a língua portuguesa, os costumes, os habitantes, a governação daquele Reino..., *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, edição crítica de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 37 e *passim*.
27. Ver José Ramos Tinhorão, *O negro em Portugal, uma presença silenciosa*, Lisboa, editorial Caminho, 1988.
28. *Idem, ibidem*.
29. Carta 177, *op. cit.*, p. 18.
30. Carta 178, *op. cit.*, p. 19.
31. Carta 146, *op. cit.*, p. 6.
32. Empréstimo aqui idéias a Philippe Ariès, "Por uma história da vida privada", in: Áries e Chartier (orgs.), *História da vida privada*, v. 3, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 7-19, p. 9.
33. Emanuel Araújo, *O teatro dos vícios – transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*, Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Edunb, 1993, p. 109.
34. Ver o meu "Ritos da vida privada", *História da vida privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América portuguesa*, Laura de Mello e Souza (org.), Fernando Antonio Novais (dir.), São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
35. *Apud* Dauril Alden, *op. cit.*, p. 48.
36. As mais importantes pragmáticas do Antigo Regime português foram as de 1677, 1686, 1688, 1690. Elas proibiam artigos de luxo, sobretudo panos e baetas, mas também vidros e louças. Consistiam numa política protecionista que evitava enfrentar diretamente as importações para não ferir tratados ou interesses de potências estrangeiras, cujo apoio a Portugal, no turbulento quadro internacional, era básico.
37. Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, *Correspondances Politiques*, série 87, carta do Conde de Baschi 1/4/1755.

38. Quem o descreve dessa forma é Pietro Francesco Viganego em carta de setembro de 1713, *op. cit.*, p. 108.
39. Ver o seu *La civilisation des moeurs*, Paris, Calmann-Lévy, 1973.
40. Informações emprestadas a Piedade Braga Santos (org.) *et al.*, *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Horizontes, 1987, p. 35-37.
41. Carta 176, *op. cit.*, p. 18.
42. Carta 177, *op. cit.*, p. 18.
43. Carta 262, *op. cit.*, p. 53.
44. *Apud* "Viaje de Nicolas de Popielovo por España y Portugal", in: José Leite de Vasconcellos, "Hábitos e costumes dos portugueses segundo os estrangeiros", *Revista Lusitana*, v. 24, 1921/1922, p. 35-188, p. 44.
45. *Apud Discours sur l'histoire*, Genebra, 1782, *Lettres persanes*, edição de 1806, *A narrative of the principal events of the campaigns of 1809 in Spain and Portugal*, in: Vasconcellos, *op. cit.*, p. 47 e 48.
46. Carta 257, *op. cit.*, p. 52.
47. Carta 164, *op. cit.*, p. 12.
48. Carta 164, *op. cit.*, p. 12.
49. Carta 262, *op. cit.*, p. 54.
50. Ver o meu *O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa*, no prelo.
51. Os trechos dos documentos referidos *apud* "Hábitos e costumes dos portugueses segundo os estrangeiros", *op. cit.*, respectivamente p. 83, 94, 99.
52. Arno e Wehlig, *Formação do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994, especialmente o capítulo 9, "O poder na Colônia", p. 299-312.
53. Carta 334, *op. cit.*, p. 87.
54. *Apud* José Leite de Vasconcellos, "Hábitos e costumes portugueses segundo os estrangeiros", *op. cit.*, p. 71.
55. *Idem, ibidem*, p. 81.
56. Joshua Gee, "The trade and navigation of Great-Britain", in: J. L. de Vasconcellos, *op. cit.*, p. 154.
57. "A new geography historical and commercial grammar", Dublin, 1780, in: J. L. Vasconcellos, *op. cit.*, p. 168.
58. Conde d'Albon, "Discours sur l' histoire", Genebra, 1802, in: J. L. Vasconcellos, *op. cit.*, p. 171.
59. Ver sobre o assunto José Jobson de A. Arruda, *O Brasil e o comércio colonial*, São Paulo, Ática, 1980.
60. *Apud Brasil história texto e consulta*, v. I, Antônio Mendes *et al.* (orgs.), São Paulo, Brasiliense, 1976, p. 277.
61. Ver Novais, F., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1981, especialmente as conclusões, p. 299 e *passim*.
62. Ver o seu *Les représentations de l'Autre dans l'espace ibérique et ibéro-américain*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1991, de quem empresto algumas idéias situadas no prefácio, p. 11-12.

63. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, v. VI, Lisboa, Verbo [s. d.], p. 186.
64. Sobre o assunto ver Laureano Carreira, *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980.
65. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 1974, p. 558.
66. Ver o seu *La pensée européenne au XVIIIe siècle de Montesquieu a Lessing*, Paris, Albin Michel, 1968.
67. *Apud* Michel Déveze, *L'Europe et le monde à la fin du XVIIIe siècle*, Paris, Albin Michel, 1970, p. 16.
68. *Idem, ibidem*.
69. *Apud* J. Leite de Vasconcellos, *op. cit.*, p. 48.

I - Descrição da cidade de Lisboa e onde também se discorre sobre a corte de Portugal; a língua portuguesa, os costumes, os habitantes, a governação daquele Reino..., *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, edição crítica de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 37 e *passim*.

II - Os trechos dos documentos referidos *apud* "Hábitos e costumes dos portugueses segundo os estrangeiros", de Leite de Vasconcellos, *Revista Lusitana*, v. 24, 1921-1922, respectivamente p. 83, 94, 99.



SOBRE OS AUTORES

ANGÉLICA MADEIRA é doutora em Semiótica pela Universidade de Paris VII e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Publicou artigos e ensaios em periódicos nacionais e estrangeiros sobre literatura e cultura brasileira e arte contemporânea. Em parceria com Mariza Veloso, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000. Editou a Revista *Sociedade e Estado* entre 1991 e 1995. Atualmente é diretora da Casa da Cultura da América Latina, do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

FÁBIO LUCAS é presidente da União Brasileira de Escritores, SP; ex-professor da Universidade de Brasília, ex-professor da Universidade Federal de Minas Gerais; ex-diretor do Instituto Nacional do Livro; autor de 34 obras de ensaios, sendo a última *Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII*, pela editora da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

FLÁVIO GOLDMAN é bacharel em Direito e diplomata de carreira, servindo atualmente na Embaixada do Brasil em Roma. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas, do Instituto Rio Branco, MRE.

LÚCIA LIPPI OLIVEIRA é doutora em Sociologia, pesquisadora do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas – RJ. Possui vários livros e ensaios sobre o pensamento social brasileiro e sobre as representações da identidade nacional. Publicou, dentre outros, *A questão nacional na 1ª República* (Ed. Brasiliense, SP, 1990), *A sociologia do guerreiro* (Ed. UFRJ, RJ, 1994) e *Americanos* (Ed. UFMG, 2000).

LUIZ TATIT é professor associado (livre-docente) do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autor dos livros *A canção: eficácia e encanto* (Ed. Atual, 1986), *Semiótica da canção: melodia e letra* (Ed. Escuta, 1994), *O cancionista: composição de canções no Brasil* (Edusp, 1996) e *Musitando a semiótica: ensaios* (Ed. Anna Blume, 1997). Tatit é também compositor e, em sua atividade com o grupo Rumo, gravou seis LPs e dois CDs contendo 46 canções de sua autoria. Lançou, em 1997, o seu primeiro CD solo ("Felicidade") pela Dabliu, com mais 13 composições inéditas.

MARISA LAJOLO é professora titular do Departamento de Teoria Literária da Unicamp, foi professora visitante da Brown University, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e da Escola de Comunicações e Artes da mesma universidade. Tem vários trabalhos publicados sobre leitura e literatura (*A formação da leitura no Brasil*, 1996; *A leitura rarefeita*, 1991) e sobre história literária (*Negros e negras em Monteiro Lobato, apud Lendo e escrevendo Lobato*, 1999; *Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? Apud Historiografia brasileira em perspectiva* 1998). Seu livro *Do mundo da leitura para a leitura do mundo* ganhou o prêmio Jabuti (ensaio) em 1995.

MARIZA VELOSO é doutora em Antropologia e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Autora de artigos e ensaios sobre cultura brasileira e patrimônio cultural e, em parceria com Angélica Madeira, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000.

MARY LUCY MURRAY DEL PRIORE é professora de História do Brasil Colonial nos Departamentos de História da USP e PUC/RJ. Autora de 14 livros sobre o período, foi duas vezes vencedora do prêmio Casa Grande & Senzala, outorgado pela Fundação Joaquim Nabuco, e do Prêmio Jabuti para obra de relevo em Ciências Sociais. Colabora com revistas científicas nacionais e internacionais, além de manter uma crônica mensal no jornal *O Estado de S. Paulo*.

MURILO F. GABRIELLI é bacharel em Administração de Empresas e diplomata de carreira. Teve experiência como jornalista na Folha de S. Paulo e, atualmente, trabalha na Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas do Instituto Rio Branco, MRE.

ROBERTO VENTURA é professor de Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo. Foi coordenador da área de história cultural do Instituto de Estudos Avançados da USP de 1993 a 1994. É autor de *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bonfim* (São Paulo, Moderna, 1984, com Flora Süssekind), *Escritores, escravos e mestiços em um país tropical* (Munique, W. Fink, 1987) e *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1991).

WILLI BOLLE é professor de Literatura na Universidade de São Paulo. É autor, entre outras publicações, de *Fisiognomia da Metrópole moderna. Representação da história em Walter Benjamin* (São Paulo, Edusp, 1994) e de vários estudos sobre a obra de Guimarães Rosa.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

1. Lopo Homem.
Atlas náutico português, dito Miller. "Hec est universi orbis ad hanc usque diem cogniti tabula...", 1519. Pergaminho, 42 x 59 cm.
Coleção Marcel Destombes. XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimientos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa, 1983.
2. João Teixeira - cosmógrafo de Sua Majestade.
Descrição de toda a costa da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil, 1642. Pergaminho.
XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimientos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Livraria do Conde de Redondo. Lisboa, 1983.
3. Coração de Jesus.
MA, sem data. Madeira policromada e dourada, 97 x 78 x 10 cm.
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Fernando Silveira.
4. Nossa Senhora da Conceição Missioneira.
Missões, RS, séc. XVIII. Cedro, 108 x 45 cm.
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Ricardo Moure Neto.
5. Nicolas Antoine Taunay.
Morro de Santo Antônio em 1816. 1817-1818 c.
Óleo sobre tela, 45 x 56,5 cm.
O Brasil dos Viajantes. Volume 3, A Construção da Paisagem. Ana Maria de Moraes Belluzzo. Fundação Odebrecht, 1994.
6. Jean Baptiste Debret.
Marimba. Passeio de domingo à tarde, 1826. Aquarela sobre papel, 17,2 x 22,3 cm.
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996. Museu da Chácara do Céu, Rio de Janeiro.
7. Almeida Júnior.
O violeiro. 1899. Óleo sobre tela, 141 x 172 cm.
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996.

8. Maria Martins.
A soma de nossos dias, 1954/55. Sermolite e estanho, 330,9 x 190,7 x 64,9 cm.
Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, SP.
9. Humberto Mauro.
Favela dos meus amores, 1955.
Enciclopédia do Cinema Brasileiro. Organizadores: Fernão Ramos e Luís Felipe Miranda.
10. Poty.
Ilustrações para o livro Sagarana, de João Guimarães Rosa, 1958.
Sagarana, Editora José Olympio.
11. Hélio Oiticica.
Metaesquema, 1958. Guache sobre papel, 0.55 x 0.64 m.
A forma difícil – ensaio sobre a arte brasileira, de Rodrigo Novaes. Editora Ática, 1996.
12. Nelson Pereira dos Santos.
Vidas secas, 1963.
Arquivo F. Canosa.
13. Rogério Duarte.
Cartaz para o filme "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber Rocha, 1963.
14. Rubem Valentim.
Objeto emblemático 4, 1969. Madeira recortada e pintada, 208 x 79 x 73 cm.
Escultura brasileira, perfil de uma identidade. Exposição realizada no BID, Washington, DC, e Banco Safra, SP. Idealização e coordenação de Elcior Ferreira de Santana Filho e curadoria de Emanuel Araújo, Banco Safra, 1997.
15. Oswald Goeldi.
Pescador, tiragem póstuma, 1970. Xilogravura, 25 x 36 cm.
Roberto Pontual. Entre dois séculos – arte brasileira do século XX na Coleção Gilberto Chateaubriand/MAM, RJ, Editora JB.
16. Athos Bulcão.
Painel de azulejos, 1983. Palácio do Itamaraty, Anexo. Brasília.
Athos Bulcão 80 anos. Projeto Pinacoteca no Parque. Pinacoteca de São Paulo, 1998.
17. Amílcar de Castro.
Sem título, 1983. Nanquim sobre papel, 106 x 76 cm.
Radha Abramo. *A cor e o desenho do Brasil.* Ministério das Relações Exteriores, Petrobras e Varig. Organização Centro Brasileiro de Projetos de Arte – CBPA, 1984.

18. Glauco Rodrigues.

Samba enredo, 1975. Óleo sobre madeira, 80 x 100 cm.

Coleções de Brasília. Acervos do Banco do Brasil, Banco Central e Caixa Econômica Federal. Palácio do Itamaraty. Ministério da Cultura, 1995.

19. Leonilson.

34 com scars, 1991. Acrílico, bordado, tela, 41 x 31 cm.

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.
Col. Theodorino Torcuato Dias e Carmen Bezerra Dias, São Paulo.

20. Leda Catunda.


Duas bocas, 1994. Acrílico sobre tela, 225 x 207 cm.

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.
Coleção Galeria Camargo Vilaça. Foto: Eduardo Ortega.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Amílcar de Castro, Ana Resende, Bené Fonteles, Berê Bahia, César Oiticica Filho, Editora José Olympio, Fundação Athos Bulcão, Glauco Rodrigues, Leda Catunda, Lia Alencastro, Márcia Santana Pereira do Santos, Roberto Leite, Rogério Duarte, Sérgio Moriconi, Wagner Barja.





tivas, por exemplo, à identidade, à alteridade, ao erudito e ao popular, ao papel da cultura na construção da nacionalidade. Questões capazes de nos fazer redescobrir o país, iluminando, e ao mesmo tempo alimentando, nossa mais antiga obsessão coletiva, a de tentar decifrar o enigma Brasil.

Janaína Amado

Textos de

Fábio Lucas

Flávio Goldman

Lúcia Lippi Oliveira

Luiz Tatit

Marisa Lajolo

Mary del Priore

Murilo F. Gabrielli

Roberto Ventura



Willi Bolle

e de

Angélica Madeira

e Mariza Veloso

(organizadoras)



A diversidade dos textos publicados nesta coletânea revela uma busca deliberada de criar novas conexões entre abordagens históricas, sociológicas e literárias de narrativas que se inserem nessa tradição de "retratos do Brasil".

Identidade e alteridade constituem um par produtivo na permanente e obsessiva tarefa de construir a nação. O que se repete nessa fala engasgada, que ora afirma ora nega a singularidade dessa construção? Que discurso é esse que não pára de questionar seus pressupostos e de questionar-se a si mesmo?

Evidencia-se assim como o processo de construção histórica de uma nação é acompanhado pela emergência de narrativas que formam as várias camadas de sentido e que, ao admitirem múltiplas leituras, de acordo com os interesses e as preocupações de cada geração, vão contribuindo para tornar mais denso o campo de estudos sobre o Brasil.

Código EDU: 303399

ISBN 85-230-0606-0



9 788523 006068